

A MOEDA DE TRÊS FACES: O TABULEIRO DA POLÍTICA BRASILEIRA ENTRE A DEMOCRACIA, A POLARIZAÇÃO E A DESINFORMAÇÃO NAS ELEIÇÕES DE 2026

**THE THREE-SIDED COIN: THE BRAZILIAN POLITICAL CHESSBOARD
BETWEEN DEMOCRACY, POLARIZATION AND DISINFORMATION IN THE
2026 ELECTIONS**

Ciências Humanas • 11/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789110598](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789110598)

Nayane Costa Garcia¹

Eduardo José Reinato²

RESUMO

As eleições de 2022 constituíram um momento decisivo para compreender as transformações recentes da política brasileira, especialmente diante da intensificação da polarização, da expansão das redes sociais e da circulação de desinformação. A essas transformações somou-se o avanço das tecnologias de inteligência artificial, ampliando a capacidade de produção, reprodução e circulação de conteúdos cuja veracidade pode ser difícil de identificar. Este artigo analisa as relações entre polarização política, desinformação e transformações tecnológicas no cenário eleitoral brasileiro, tomando as eleições de 2022 como referência para discutir os desafios colocados para o processo eleitoral de 2026. A pesquisa fundamenta-se em bibliografia acadêmica, pesquisas de opinião e informações jornalísticas, buscando compreender de que maneira a disputa política também se converteu em disputa pela informação e pela definição do que pode ser reconhecido como verdadeiro. Argumenta-se que a combinação entre polarização, desinformação e tecnologias digitais produz um ambiente de instabilidade no qual a confiança nas instituições democráticas se torna elemento central da disputa política.

Palavras-chave: inteligência artificial; desinformação; democracia; polarização política; eleições de 2026.

ABSTRACT

The 2022 elections represented a decisive moment for understanding recent transformations in Brazilian politics, particularly amid intensified polarization, the expansion of social media, and the circulation of disinformation. These transformations have been accompanied by the development of artificial intelligence technologies, increasing the capacity to produce, reproduce, and circulate content whose veracity may be difficult to identify. This

article analyzes the relationship between political polarization, disinformation, and technological transformations in the Brazilian electoral context, taking the 2022 elections as a reference for discussing the challenges posed by the 2026 electoral process. The research draws on academic literature, opinion polls, and journalistic sources to examine how political competition has also become a dispute over information and over the definition of what can be recognized as true. The argument is that the combination of polarization, disinformation, and digital technologies produces an environment of instability in which trust in democratic institutions becomes a central element of political competition.

Keywords: artificial intelligence; disinformation; democracy; political polarization; 2026 elections.

1. INTRODUÇÃO

A política brasileira contemporânea encontra-se inserida em um cenário marcado por profundas transformações nas formas de comunicação, participação e disputa pelo poder. Nas últimas décadas, modificaram-se as relações entre eleitores, candidatos, partidos políticos e meios de comunicação, especialmente com a expansão das plataformas digitais e das redes sociais. As eleições de 2014, a intensificação da polarização política a partir de 2018 e o processo eleitoral de 2022 constituem momentos importantes para compreender essas transformações.

As eleições de 2022 assumiram particular relevância nesse percurso. A disputa ocorreu em ambiente fortemente polarizado e marcado pela circulação acelerada de informações, interpretações e conteúdos de diferentes naturezas. A expansão das redes sociais acrescentou uma nova dimensão ao processo eleitoral ao modificar

a velocidade, o alcance e as formas de circulação das informações. Conteúdos produzidos e compartilhados em ambientes digitais passaram a alcançar grandes contingentes de pessoas em intervalos reduzidos, dificultando, em determinadas circunstâncias, a distinção entre informação, opinião, manipulação e desinformação.

A esse processo soma-se o desenvolvimento das tecnologias de inteligência artificial. Embora sua presença e suas possibilidades tenham adquirido novas dimensões nos últimos anos, a questão central para a política contemporânea não se limita à existência da tecnologia, mas às formas de utilização de seus recursos para produzir e disseminar conteúdos capazes de influenciar percepções, comportamentos e interpretações acerca da realidade política.

Nesse contexto, a desinformação deixa de ser compreendida simplesmente como circulação de informação incorreta e passa a ser considerada parte de um ecossistema mais amplo de disputa política. Machado e Miskolci (2019, p. 947) observam que os interesses econômicos associados ao grande volume de dados também possuem implicações políticas, uma vez que compreender as redes sociais exige considerar sua relação com as mídias de massa e com os interesses que atravessam esses espaços.

É nesse cenário que se insere a discussão sobre as eleições de 2026. O novo ciclo eleitoral não ocorre em um espaço político desprovido de antecedentes, mas sobre as marcas deixadas pelas transformações e rupturas dos anos anteriores. A polarização entre diferentes campos políticos permanece relevante, ao mesmo tempo em que se observa um cenário marcado pela fragmentação das forças partidárias e pela necessidade de construção de alianças.

Diante desse quadro, este artigo busca responder à seguinte questão: de que maneira a polarização política, a desinformação e o avanço tecnológico podem influenciar o cenário político de 2026 e produzir desafios para a democracia brasileira? Para responder a essa questão, o artigo articula bibliografia acadêmica, pesquisas de opinião e fontes jornalísticas presentes no corpus documental analisado. O objetivo não é antecipar o resultado das eleições de 2026, mas compreender algumas das condições políticas, comunicacionais e tecnológicas nas quais a disputa eleitoral se desenvolve.

A hipótese que orienta a análise é que a combinação entre polarização política, expansão das redes sociais, circulação de desinformação e desenvolvimento tecnológico modificou as formas de participação e disputa eleitoral no Brasil. Nesse processo, a disputa pelo voto passou a ocorrer simultaneamente à disputa pela informação e pela confiança nas instituições democráticas.

2. POLARIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DO ELEITORADO BRASILEIRO

A polarização política constitui um dos elementos fundamentais para a compreensão do cenário eleitoral brasileiro contemporâneo. Embora conflitos e divisões políticas sejam características recorrentes da história republicana, a configuração assumida por essas disputas nas últimas décadas possui características próprias, especialmente em razão da transformação dos meios de comunicação e das formas de identificação política.

As eleições de 2014 constituem um marco importante nesse processo. A partir daquele momento, as disputas políticas passaram

a apresentar crescente intensidade, processo que se tornou ainda mais evidente nas eleições de 2018. Nesse percurso, a política brasileira assistiu à reorganização das identidades eleitorais e ao fortalecimento de discursos mais radicalizados.

A trajetória política brasileira anterior não pode ser ignorada. Durante a Primeira República, o poder político esteve fortemente associado às elites agrário-oligárquicas. Entre 1930 e 1964, o país atravessou diferentes experiências políticas, incluindo o período autoritário do Estado Novo e a posterior redemocratização constitucional. O golpe de 1964 interrompeu o governo de João Goulart e inaugurou uma ditadura civil-militar que permaneceu por 21 anos. A redemocratização iniciada na década de 1980 produziu novas condições institucionais para a disputa política e para a reorganização partidária.

Entretanto, a recuperação desses diferentes períodos históricos não significa estabelecer uma continuidade direta entre eles e a polarização contemporânea. O interesse reside em reconhecer que a política brasileira possui uma trajetória marcada por disputas em torno de projetos distintos de sociedade, Estado e participação política. O cenário contemporâneo apresenta, contudo, características próprias relacionadas à transformação dos meios de comunicação e à crescente centralidade das plataformas digitais.

Singer (2000) identifica elementos de longa duração relacionados à identificação ideológica do eleitorado brasileiro. Em perspectiva mais recente, Fuks e Marques (2022, p. 564) analisam a existência de uma polarização assimétrica e sua relação com a ruptura da lógica centrípeta que anteriormente caracterizava parte da política partidária brasileira.

Essa transformação tornou-se particularmente perceptível a partir das manifestações de junho de 2013. Segundo o Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP, 2013), as manifestações ultrapassaram suas reivindicações iniciais e assumiram dimensões políticas mais amplas, sendo a internet um importante instrumento de mobilização. Aquele momento não pode ser interpretado simplesmente como origem da polarização contemporânea, mas contribuiu para transformar as formas de mobilização, circulação de discursos e construção de identidades políticas.

A expansão das redes sociais modificou, portanto, não apenas a velocidade da comunicação política, mas também as condições nas quais diferentes grupos produzem e disputam narrativas. O espaço digital tornou-se ambiente de mobilização, conflito, identificação e circulação de informações.

Os dados apresentados em pesquisa do Datafolha em 2026 reforçam a percepção de que as identificações ideológicas do eleitorado brasileiro permanecem sujeitas a mudanças conjunturais. Segundo a pesquisa divulgada pelo jornal O Globo (2026), 44% dos entrevistados se identificaram com a direita ou a centro-direita, enquanto 39% se posicionaram à esquerda ou à centro-esquerda e 17% permaneceram no centro. A comparação com levantamentos anteriores indica que essas identificações não constituem uma trajetória linear.

O dado é relevante porque demonstra que a polarização não deve ser compreendida como uma estrutura fixa na qual os eleitores permanecem permanentemente vinculados aos mesmos campos. Ao contrário, as identificações podem ser modificadas por

conjunturas políticas, econômicas, sociais e culturais, assim como pelas formas de circulação da informação.

A polarização contemporânea, portanto, não se resume à existência de dois campos políticos. Ela envolve também a construção de identidades, rejeições e pertencimentos, além das formas pelas quais determinados grupos interpretam acontecimentos políticos. Nesse sentido, a circulação de informações nas redes sociais constitui elemento fundamental para compreender como essas identidades são continuamente reforçadas, modificadas ou confrontadas.

3. METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida neste artigo apresenta abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico e documental. Esse corpus analisado é composto por bibliografia acadêmica, pesquisas de opinião e fontes jornalísticas relacionadas à polarização política, à desinformação, às redes sociais, à democracia, às transformações tecnológicas e ao processo eleitoral no Brasil. Para esse levantamento foram consultadas bases e plataformas acadêmicas, como Google Acadêmico, SciELO, Periódicos da Capes, Dados de Pesquisa e Jornais relacionadas à polarização política, à desinformação, além de fontes jornalísticas selecionadas.

O recorte analítico toma as eleições de 2022 como referência para discutir as condições políticas, comunicacionais e tecnológicas que conformam o cenário eleitoral de 2026, tendo como marco temporal as transformações iniciais a partir de 2014. A pesquisa busca compreender de modo interpretativo, como as narrativas políticas são produzidas, e ao circulararem interfere na compreensão dos fatos

públicos. Esse estudo não antecipa o resultado das eleições de 2026, mas interpreta as condições políticas construídas ao longo dos outros ciclos que o antecederam e seus possíveis desdobramentos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1. 2022: Desinformação, Redes Sociais e Crise da Confiança

As eleições de 2022 representaram um momento especialmente importante para observar as relações entre política, redes sociais e desinformação. O processo eleitoral foi marcado por intensa disputa narrativa e pela circulação de conteúdos capazes de produzir dúvidas sobre instituições, candidatos, resultados eleitorais e acontecimentos políticos.

Nesse ambiente, a informação passou a desempenhar papel estratégico na disputa política. Simões, Mendes e Militão (2021) analisam a utilização das fake news como estratégia de comunicação política, destacando sua capacidade de provocar mobilizações e acelerar a circulação de determinados conteúdos.

A desinformação apresenta uma característica particularmente relevante: sua eficácia não depende necessariamente de convencer todos os indivíduos de uma determinada afirmação. Em determinados contextos, a produção contínua de versões conflitantes pode contribuir para ampliar a incerteza e dificultar a construção de consensos mínimos sobre acontecimentos públicos.

Essa dimensão torna-se especialmente importante quando a desinformação atinge instituições fundamentais para o funcionamento democrático. Durante o processo eleitoral de 2022, circularam questionamentos sobre a segurança das urnas

eletrônicas, a legitimidade do sistema eleitoral e a possibilidade de retorno ao voto impresso. A questão central, nesse caso, não se restringia à existência de uma informação falsa específica, mas à capacidade de sucessivas informações, suspeitas e interpretações produzirem desconfiança.

Borges (2022) registra o crescimento da circulação de fake news durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2022 e observa a crescente complexidade das estruturas de desinformação. O fenômeno ultrapassou, assim, a simples circulação de mensagens isoladas e passou a integrar um ambiente mais amplo de disputa política.

O problema da confiança institucional torna-se, nesse sentido, fundamental. Uma democracia não depende apenas da realização periódica de eleições, mas também da existência de condições mínimas para que os resultados sejam reconhecidos como legítimos pelos diferentes atores envolvidos no processo.

A disputa política de 2022 evidenciou como a circulação de informações pode interferir nesse processo. Quando dúvidas sobre instituições eleitorais são repetidamente apresentadas, compartilhadas e reforçadas, cria-se um ambiente no qual a confiança passa a ser objeto de disputa.

A questão pode ser formulada da seguinte maneira: o que acontece quando a disputa eleitoral deixa de ocorrer apenas entre candidatos e passa a ocorrer também sobre a própria definição da realidade? Essa pergunta permite compreender a relação entre desinformação e polarização para além do conteúdo específico das mensagens. A desinformação pode contribuir para produzir ambientes nos quais

diferentes grupos políticos passam a interpretar os mesmos acontecimentos a partir de estruturas narrativas incompatíveis.

As redes sociais possuem papel importante nesse processo porque ampliam a velocidade e a escala da circulação. A mensagem não precisa necessariamente passar por instituições tradicionais de mediação para alcançar milhares de pessoas. Ela pode ser produzida, compartilhada, comentada e novamente distribuída por usuários inseridos em redes de afinidade política.

Machado e Miskolci (2019) demonstram que a compreensão desse processo exige considerar a articulação entre redes sociais, mídias tradicionais e interesses políticos. O ambiente digital não substitui simplesmente os meios de comunicação anteriores; ele reorganiza suas relações e cria novas possibilidades de circulação.

Assim, as eleições de 2022 não podem ser compreendidas apenas como uma disputa entre dois projetos políticos. Elas também constituíram um momento de transformação das formas de produção, circulação e recepção das narrativas políticas.

4.2. Eleições de 2026: Fragmentação Política e Disputa Pela Governabilidade

O cenário eleitoral de 2026 apresenta elementos de continuidade em relação às eleições anteriores, mas também diferenças significativas. A polarização entre lulismo e bolsonarismo permanece relevante, porém se desenvolve em um ambiente marcado pela fragmentação das forças políticas e pela necessidade de construção de alianças.

Nesse sentido, a disputa presidencial não pode ser compreendida apenas pela identificação dos principais campos ideológicos. É necessário considerar também a capacidade de articulação entre diferentes forças partidárias e a construção das condições de governabilidade.

Adorno (2022, p. 2) observa que as transformações políticas brasileiras ocorrem em um contexto de equilíbrio frágil entre estabilidade partidária e representação democrática, produzindo cenários de distribuição mais fragmentada do poder. Essa fragmentação amplia a importância das negociações políticas e da articulação entre diferentes atores.

Couto, Abrucio e Teixeira (2026, p. 32) caracterizam o sistema político brasileiro como cada vez mais “policêntrico e complexo”. Para os autores, o presidencialismo de coalizão não desapareceu; ao contrário, coalizões e negociações permanecem necessárias, embora tenham se tornado mais custosas.

Essa perspectiva permite compreender que a eleição presidencial não representa, isoladamente, o momento final da disputa política. A vitória eleitoral constitui apenas uma etapa de um processo mais amplo de construção de condições para governar. O cenário de 2026 apresenta, portanto, uma tensão entre continuidade e transformação. De um lado, permanecem estruturas de identificação política construídas em torno do lulismo e do bolsonarismo. De outro, observa-se uma fragmentação maior das forças políticas e uma necessidade crescente de negociação com diferentes atores.

A BBC News Brasil (2026) destaca justamente as dificuldades de articulação enfrentadas pelos principais campos políticos e a importância do apoio de partidos situados no chamado “Centrão”. A capacidade de construção de alianças interfere diretamente na formação de palanques estaduais, no acesso a recursos de campanha e no tempo de propaganda eleitoral.

Nesse contexto, a eleição de 2026 deve ser analisada não apenas como continuidade da polarização observada em 2022, mas também como uma transformação das condições nas quais essa polarização opera. A polarização permanece, mas não elimina a fragmentação. Ao contrário, ambas podem coexistir. O sistema político pode apresentar forte conflito entre determinados campos ideológicos ao mesmo tempo em que exige negociação entre diferentes forças partidárias.

Essa característica torna o cenário de 2026 particularmente relevante para a análise da democracia brasileira. A disputa eleitoral envolve simultaneamente a conquista do voto, a construção de alianças, a produção de narrativas e a formação de expectativas sobre a capacidade de governar.

4.3. Inteligência Artificial, Desinformação e Disputa Pela Realidade

A transformação tecnológica acrescentou uma nova camada à disputa política. As redes sociais já haviam alterado profundamente a circulação das informações antes das eleições de 2022. O desenvolvimento das ferramentas de inteligência artificial, entretanto, amplia as possibilidades de produção e modificação de conteúdos digitais.

O problema não está exclusivamente na tecnologia, mas nas condições sociais e políticas de sua utilização. Recursos capazes de produzir ou modificar imagens, textos, áudios e vídeos podem ser empregados para comunicação legítima, mas também podem ser utilizados para criar conteúdos enganosos.

A questão fundamental passa a ser, portanto, a capacidade dos indivíduos e das instituições de identificar a origem, a autenticidade e o contexto dos conteúdos que circulam no espaço público. A velocidade constitui outro elemento decisivo. Uma informação pode alcançar milhares de pessoas antes que mecanismos de verificação consigam avaliar sua autenticidade. Nesse intervalo, o conteúdo já pode ter produzido efeitos políticos, emocionais e sociais.

A experiência das eleições de 2022 demonstra a importância dessa questão. O aumento da circulação de desinformação, especialmente durante o segundo turno, evidenciou a capacidade das redes digitais de ampliar conteúdos políticos e produzir ambientes de disputa narrativa (Borges, 2022).

Nesse sentido, a inteligência artificial acrescenta uma questão nova a um problema que já existia: a dificuldade de estabelecer critérios compartilhados de verificação em um ambiente no qual os conteúdos podem ser produzidos e modificados em velocidade crescente. A disputa política passa, então, a envolver também uma disputa pela realidade. Não se trata apenas de convencer o eleitor sobre qual candidato deve receber seu voto, mas de influenciar a maneira pela qual determinados acontecimentos são interpretados.

Essa questão é particularmente relevante quando conteúdos digitais produzem versões incompatíveis de um mesmo acontecimento. O

cidadão pode receber informações distintas sobre uma determinada ocorrência e, diante da ausência de critérios compartilhados de verificação, construir sua percepção a partir de vínculos políticos, afetivos ou identitários.

A desinformação pode, portanto, atuar sobre a própria estrutura da confiança pública. Quando diferentes grupos deixam de compartilhar referências mínimas sobre acontecimentos fundamentais, o debate democrático encontra dificuldades adicionais para produzir consensos.

É nesse ponto que a relação entre tecnologia, polarização e democracia se torna mais evidente. A tecnologia não produz automaticamente a polarização nem determina o comportamento dos eleitores. Contudo, suas formas de utilização podem ampliar processos políticos já existentes.

A questão das eleições de 2026 deve ser situada nesse ambiente. O desafio não consiste simplesmente em impedir a circulação de informações falsas, mas em preservar condições para que o debate público possa ocorrer sem que a multiplicação de conteúdos manipulados destrua as possibilidades de reconhecimento de fatos compartilhados.

O desafio institucional é igualmente complexo. Medidas destinadas a combater a desinformação precisam enfrentar a circulação de conteúdos falsos sem comprometer direitos fundamentais, especialmente a liberdade de expressão e o pluralismo político.

Assim, a defesa da democracia não pode ser reduzida ao controle tecnológico da informação. Ela exige também instituições confiáveis, capacidade de verificação, educação para o uso crítico das

informações e mecanismos capazes de responder rapidamente à circulação de conteúdos enganosos.

4.4. Democracia, Polarização e Desinformação: A Moeda de Três Faces

A metáfora da “moeda de três faces” permite sintetizar o argumento desenvolvido neste artigo. Democracia, polarização e desinformação não constituem fenômenos isolados. Eles se relacionam em um ambiente político no qual as disputas eleitorais também são disputas pela construção de sentidos.

A democracia constitui a primeira face porque estabelece o espaço institucional no qual os conflitos políticos podem ser disputados. A polarização constitui a segunda porque organiza parte das identidades, antagonismos e escolhas eleitorais. A desinformação constitui a terceira porque interfere nas condições de circulação das informações por meio das quais os cidadãos interpretam o conflito político.

Essa relação não deve ser entendida de maneira determinista. A polarização não conduz necessariamente à desinformação, assim como a existência de redes sociais não produz automaticamente a desdemocratização. O problema surge quando esses elementos se articulam em um contexto de baixa confiança institucional e elevada disputa política.

Tilly (2013) compreende a democratização e a desdemocratização como processos relacionados às condições de ampliação ou redução de dimensões fundamentais da democracia. A partir dessa perspectiva, o conceito de desdemocratização pode ser utilizado neste artigo como ferramenta para interpretar processos de

enfraquecimento das condições de participação, proteção e consulta política.

Silva (2021, p. 3), ao discutir o processo de desdemocratização brasileira, chama atenção para a fragilidade das instituições de participação e para os desafios colocados ao Estado Democrático de Direito. Essa abordagem permite relacionar a crise de confiança nas instituições aos processos políticos recentes, sem reduzir a democracia exclusivamente aos momentos eleitorais.

As eleições de 2022 demonstraram que a disputa política pode atingir diretamente a confiança nas instituições eleitorais. O questionamento sobre as urnas eletrônicas tornou-se parte de uma disputa narrativa mais ampla. Nesse contexto, o problema não estava apenas na afirmação de que determinado mecanismo seria seguro ou inseguro, mas na possibilidade de que a repetição de suspeitas produzisse uma percepção de incerteza acerca da própria legitimidade do processo eleitoral.

A experiência de 2022 torna-se, assim, referência fundamental para compreender 2026. A eleição atual não começa do zero. Ela se desenvolve sobre um ambiente marcado por disputas anteriores, identidades políticas consolidadas, desconfianças institucionais e transformações tecnológicas.

A moeda de três faces representa justamente essa condição. Não há apenas uma disputa entre candidatos. Há uma disputa pela própria definição das condições nas quais o conflito eleitoral será reconhecido como legítimo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite sustentar a hipótese inicial de que a intensificação da polarização política, associada à expansão das redes sociais, à circulação de desinformação e ao avanço das tecnologias digitais, modificou as formas de participação e disputa eleitoral no Brasil.

As eleições de 2022 constituíram um momento decisivo desse processo. A circulação de conteúdos falsos ou enganosos não interferiu apenas na disputa entre candidatos, mas também na percepção pública sobre instituições, acontecimentos e resultados eleitorais. Nesse contexto, a confiança institucional tornou-se elemento central da disputa política.

Os desafios colocados para as eleições de 2026 ultrapassam, portanto, a continuidade da polarização entre os campos lulista e bolsonarista. A fragmentação política e partidária amplia a importância das alianças e da capacidade de articulação entre diferentes forças, enquanto as transformações tecnológicas acrescentam novas possibilidades de produção e circulação de conteúdos.

O primeiro desafio consiste em combater a desinformação sem comprometer a liberdade de expressão e o pluralismo democrático. O segundo está relacionado ao avanço tecnológico, que amplia a capacidade de criação e modificação de conteúdos digitais e dificulta, em determinadas circunstâncias, a identificação imediata daquilo que é autêntico, manipulado ou produzido artificialmente.

O terceiro desafio está relacionado à preservação da confiança institucional. A experiência de 2022 demonstrou que questionamentos reiterados sobre as urnas e sobre os resultados

eleitorais podem produzir efeitos que ultrapassam a disputa eleitoral específica. A transparência das instituições, a qualidade das informações públicas e a capacidade de resposta diante da circulação de conteúdos falsos tornam-se, nesse contexto, elementos fundamentais para a preservação da confiança democrática.

A disputa de 2026 não deve, portanto, ser compreendida simplesmente como uma repetição de 2022. Embora existam continuidades importantes, especialmente na presença de identidades políticas construídas em torno do lulismo e do bolsonarismo, o cenário atual também é caracterizado por maior fragmentação e pela necessidade de articulação entre diferentes forças políticas.

É importante destacar que este artigo foi elaborado em agosto de 2026, antes do início oficial da campanha eleitoral. As análises apresentadas, portanto, não constituem previsão dos resultados eleitorais. Trata-se de uma interpretação das condições políticas, comunicacionais e tecnológicas construídas ao longo do ciclo anterior e que conformam o ambiente no qual a eleição de 2026 se desenvolve.

O principal argumento é que a democracia brasileira enfrenta uma disputa que ocorre simultaneamente em diferentes dimensões: pelo voto, pelas alianças políticas, pelas narrativas e pela definição daquilo que pode ser reconhecido como verdadeiro no espaço público.

Nesse sentido, compreender as eleições de 2026 exige olhar para além dos candidatos e das pesquisas eleitorais. É necessário

observar o ambiente comunicacional no qual os eleitores formam suas percepções, as instituições nas quais depositam — ou deixam de depositar — confiança e as tecnologias que transformam a produção e a circulação das informações.

A “moeda de três faces” sintetiza, assim, a condição política analisada: democracia, polarização e desinformação constituem dimensões distintas, mas articuladas, de um mesmo cenário. O resultado dessa relação não está previamente determinado. O que está em disputa é justamente a capacidade da sociedade brasileira de preservar o conflito político dentro das condições institucionais que tornam possível a própria democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. Eleições. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 106, p. 3, 2022. DOI: 10.1590/s0103-4014.2022.36106.001.

BBC NEWS BRASIL. Lula sem “frente ampla” e Flávio isolado: por que líderes nas pesquisas têm apoio reduzido nesta eleição. **BBC News Brasil**, 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy4kxjg99k0o>. Acesso em: 13 ago. 2026.

BORGES, L. Estudo mostra que uso de fake news cresce no 2º turno; “desinformação está mais complexa e sofisticada”, diz pesquisadora. **G1**, 25 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/25/estudo-mostra-que-uso-de-fake-news-cresce-no-2o-turno-desinformacao-esta-mais-complexa-e-sofisticada-diz-pesquisadora.ghtml>. Acesso em: 14 ago. 2026.

CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA (CESOP). Tendências: as manifestações de junho de 2013 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 2, 2013. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/artigo/552.

Acesso em: 12 ago. 2026.

COUTO, C. G.; ABRUCIO, F. L.; TEIXEIRA, M. A. C. O caleidoscópio eleitoral de 2026: eleições congressuais, federalismo e disputa presidencial. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 40, n. 117, 2026, e40117029. DOI: 10.1590/s0103-4014.2026.40117.00230.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2022. DOI: 10.1590/1807-01912022283560. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/op/a/SCmKT44FzwmGMp6jtBZ3Dfk/>. Acesso em: 12 ago. 2026.

MACHADO, J. A. S.; MISKOLCI, R. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 945-970, set./dez. 2019. DOI: 10.1590/2238-38752019v9310.

O GLOBO. Datafolha: direita supera esquerda pela primeira vez desde 2014, aponta pesquisa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jul. 2026. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2026/07/03/datafolha-direita-supera-esquerda-pela-primeira-vez-desde-2014-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2026.

SILVA, P. O processo de desdemocratização brasileira e a (des)materialização dos direitos fundamentais. [S. l.]: AJURIS, 2021.

Disponível em: <https://ajuris.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Priscila-Silva.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2026.

SIMÕES, R. M.; MENDES, A. G. de L.; MILITÃO, P. Á. O fenômeno das fake news: implicações para a política externa do governo Bolsonaro durante a pandemia do COVID-19. **Revista Neiba Cadernos Argentina Brasil**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2021. DOI: 10.12957/neiba.2021.59141.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2000.

TILLY, C. **Democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

¹ Graduada em História e Pós-graduada em Educação, Cultura e Patrimônio pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, Brasil(2003). Professor Adjunto I da Pontifícia Universidade Católica de Goiás , Brasil.